

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, esclarece seu pensamento sobre a indicação de Raquel Dodge para PGR.

Raquel Dodge tem integral respaldo de sua classe. O respaldo vem do processo de lista tríplice (a qual, aliás, ela compõe pela segunda vez) e do que isto significa como depuração da história e dos compromissos de cada um dos candidatos perante seus pares e perante o Brasil. Os três nomes definidos por este processo saíram com legitimidade total e liderança atestada para passarem pelo segundo crivo, constitucional, também legítimo e necessário, do Chefe do Poder Executivo. Esta etapa - a escolha presidencial - agrega densidade democrática e institucional ao PGR.

E se há um crivo, e se é uma lista, por evidente que existe um rol de opções encaminhadas à Presidência da República, e são todas reconhecidas, por quem defende o processo, como legítimas e respaldadas. Não existe para os procuradores da República – é a posição histórica da ANPR - obrigação, necessidade ou legitimidade única da escolha do mais votado.

Raquel Dodge foi a segunda mais votada. Nicolao Dino foi o primeiro. Mário Bonsaglia foi o terceiro. Isto não é desimportante, tem peso, representa opção de mais membros de MPF por determinado candidato e suas ideias.

Contudo, isto é repassado objetivamente pela ANPR para a Presidência da República e ali levada em conta. Qualquer dos escolhidos, porém – e a escolhida foi Raquel Dodge -, ao final está perfeitamente, igualmente e integralmente legitimado a dirigir a classe. Pensar o contrário seria negar a legitimidade ao próprio processo de lista.

Foi isso que disse, e é isso que tenho dito.

Agora outro ponto: a carreira do Ministério Público Federal apresentou ao País – depurados de entre postulantes do mais alto nível, após um processo de debates amplo, profundo e transparente - três líderes excepcionais e com luz própria, dignos, todos, da escolha, e capacitados para o pesado encargo de ser PGR.

Imaginar que procuradoras e procuradores da República, após amplo e aprofundado processo de seleção, conhecendo (como conhecem) cada um dos candidatos, dariam centenas de votos a qualquer um menos dotado de total intuito republicano, desculpem-me, soa ofensivo, não enxerga a história e desconhece os nomes que já oferecemos a ela, como procuradores-gerais e como postulantes a procuradores-gerais. É infamante, não apenas aos líderes escolhidos pela classe, mas à própria classe. Contudo, é, ainda mais, pouco sério, e imensamente político (no sentido pequeno da palavra).

Não somos ingênuos. Não somos massa de manobra de ninguém. Conhecemos nossos desafios, conhecemos nosso país, conhecemos nossos candidatos e nossos líderes.

Todos os três componentes da lista - para ficar neles, pois os demais deram o mesmo testemunho - comprometeram-se com a Lava Jato e seu aperfeiçoamento e possuem uma história profissional de retidão e competência que não permite qualquer insinuação de falta de sinceridade.

Raquel Dodge, escolhida Procuradora-geral da República, tem um histórico de quase três décadas de serviços brilhantes e impecáveis ao Ministério Público Federal e ao País. Raquel Dodge conhece seu ofício, e, como os demais da lista, preparou-se com afinco e competência para o exercício do cargo do PGR. Raquel Dodge, se aprovada – como confiamos será – pelo Senado Federal, será uma Procuradora-Geral a altura de seus antecessores, mormente no compromisso com o País, com o combate à corrupção e com a promoção da justiça. Raquel Dodge tem a confiança de sua classe. O MPF continuará em boas mãos."

José Robalinho Cavalcanti

Procurador Regional da República

Presidente da ANPR